

Sobrevivemos a Pandemia de COVID-19: Alguns Apontamentos Para Não Esquecermos

We Survived the COVID-19 Pandemic: Some Notes so We Don't Forget

Fábio Augusto Rodrigues e Silva 

“Bichos escrotos saiam dos esgotos
Bichos escrotos venham enfeitar
Meu lar
Meu jantar
Meu nobre paladar”

— Arnaldo Antunes, Sérgio Britto e Nando Reis — *Bichos Escrotos* (1986)

Considerando o mês de março de 2024, já são quatro anos que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que havia uma pandemia de COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) (Freitas et al., 2020). Um fenômeno relacionado ao nosso tempo de exploração e destruição de ecossistemas por “bichos escrotos”, no caso humanos impulsionados pelas necessidades fomentadas pelo capital, e que permitem o surgimento ou a emergências de novos patógenos (Artaxo, 2020, Catarino & Reis, 2021). Seres desconhecidos que reagem a nossa ação, estabelecendo situações de mazelas, morte e desolação, como podemos observar novamente com a epidemia de dengue vigente.

Para nós adultos, o tempo passa rápido, e a possibilidade de esquecimento, mesmo de situações graves e que nos traumatizaram, são enormes. Portanto, me sinto na obrigação de tecer alguns apontamentos para que possamos recordar alguns dos eventos que vivenciamos entre 2020 e 2022. Acredito que esse período histórico não pode ser invisibilizado ou olvidado, pois suscitou consequências em diversos aspectos de nossa vida social e cotidiana, e, portanto, precisam afetar a forma como pensamos os processos educacionais e as políticas públicas para a Educação Básica e para o Ensino Superior. E se afeta a forma como pensamos, também precisa afetar as nossas pesquisas, algo que podemos perceber no artigo: Letramento Científico na Educação de Jovens e Adultos: Reflexões e Práticas a Partir da Pandemia de COVID-19. Não, meu/minha leitor/a/e a pandemia não veio para nos ensinar nada. Não podemos romantizar a morte de mais 700 mil pessoas no Brasil. Entretanto, desconsiderar os seus efeitos em nossas atividades e nos alienar desse momento histórico é uma atitude que poderia ser avaliada como ingênua ou leviana.

No período da pandemia no Brasil, tivemos que enfrentar os desafios inerentes a uma síndrome respiratória letal com os devaneios de uma necropolítica instituída por vários agentes do Governo Federal, e defendida principalmente pelo presidente da época, o capitão da reserva do Exército Brasileiro Jair Bolsonaro (2018–2022). Seguindo

uma agenda negacionista tão cara à extrema-direita mundial, o então governante de nosso país se valeu de sua posição e autoridade para incentivar comportamentos inadequados que promoviam aglomerações, o não uso de máscaras, e ainda incentivou a automedicação ou a prescrição de medicamentos comprovadamente ineficazes contra a COVID-19 (Moura Sousa, 2021).

Quando começaram a ser lançadas as primeiras vacinas contra essa doença, no final de 2021 e início de 2022, o nosso mandatário empreendeu um discurso antivacina, o que atrasou a chegada desse fármaco nos braços de todos/as/es, e pior, desestimulou muitos de seus seguidores a se vacinar. Ou seja, o Governo Bolsonaro estabeleceu uma aliança forte com o vírus, favorecendo a sua propagação, mutação e sua presença em nosso país. Nesse ponto, temos que destacar o papel antagônico do Sistema Único de Saúde, dos profissionais da saúde, cientistas e divulgadores da ciência, entre outros que se dedicaram a combater tanto o vírus quanto aos discursos e práticas negacionistas. Muitos destes sofrem perseguição até hoje, sendo atacados constantemente nas redes sociais, ou são arrastados para espetáculos deprimentes de audiências públicas promovidas por políticos reacionários.

No auge da pandemia em 2021, em nosso país, os índices de mortos chegaram a 3000 ou 4000 mortos por dia em sucessivas ondas causadas pelas mutações com surgimentos de novas cepas virais. Nos acostumamos, a cada telejornal, sermos apresentados às telas que nos informavam sobre índices de contaminação, número de leitos ocupados, números de mortos. Fomos sujeitos a enterrar os nossos entes amados em cerimônias rápidas e esvaziadas, sem a possibilidade de vivenciar o luto. Em Manaus, um laboratório de práticas negacionistas baseadas em uma compreensão errônea e criminosa da ideia de imunidade de rebanho, o Governo Federal e o Ministério da Saúde gerido por um general da ativa, levou a uma crise de proporções gigantescas (Lavor, 2021, Di Guilio et al., 2023). Famílias se humilharam para obter cilindros de oxigênios para os/as seus/suas parentes internados que sofriam sufocados/as/es nos quartos e corredores dos mais diferentes estabelecimentos de saúde.

Considerando a necessidade de distanciamento social, as nossas instituições de ensino não puderam receber os/as/es alunos/as/es e profissionais. Por meio do Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional da Educação foram tomadas iniciativas para se adequar os processos de ensino, calendários letivos, práticas avaliativas conforme a necessidade de se manter as famílias em casa (Dias & Pinto, 2020). Essas iniciativas foram combatidas também por movimentos e associações de pais, pois naquele momento havia uma concepção de que crianças e adolescentes eram praticamente imunes ao SARS-COV2, algo que os dados epidemiológicos mostraram que era incorreto (Almeida Morais et al., 2022).

Por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) substituímos as aulas presenciais por aulas virtuais, videoaulas e apostilas. Muitos desses materiais produzidos em tempo recorde, pela emergência das necessidades do momento. Em uma análise fria, podemos considerar que são materiais falhos, com problemas didáticos e conceituais. Entretanto,

seria uma atitude que pode ser considerada vil, afinal despreza as situações críticas a que os/as/es profissionais, elaboradores desses materiais, foram sujeitos/as/es. Soma-se a isto, que muitos de nós, não fomos ou somos formados/as/es para utilizar os recursos digitais para desenvolver as nossas aulas e as atividades (Barbosa et al., 2020).

Outro ponto a se destacar é que o acesso à internet, e, portanto, aos materiais on-line e as atividades síncronas ou assíncronas, algo que foi um privilégio para uma parcela da população estudantil (Marcon, 2020). Em muitas famílias brasileiras, o acesso digital quando possível era limitado a um celular compartilhado, ou seja, a pandemia escancarou mais a desigualdade, que é uma marca de nosso país. Enquanto alguns estudantes acessavam os materiais disponibilizados pelas suas escolas e professores/as, outros/as/es ficavam a margem, longe desses recursos educacionais e todo o suporte institucional oferecido por uma unidade educacional, inclusive, sem a possibilidade de ter uma alimentação, a única do dia, para muitos/as.

Com a vacinação em massa, e conseqüente diminuição nos quadros agudos e letais da COVID-19, o ERE foi extinto e voltamos às nossas atividades “normais”. E as aspas em “normais” se justificam pelo fato de que essa situação provocada pela pandemia resultou em muitas conseqüências para as nossas escolas, as nossas salas de aulas, por exemplo: alunos/as/es desmotivados/as/es; com déficit de aprendizagem em determinados conteúdos; com problemas de sociabilidade e de saúde mental; excesso de contato com telas etc. Além disso, com o empobrecimento da população brasileira nos últimos anos, algumas crianças, adolescentes e jovens se viram obrigados a trabalhar para contribuir com o sustento de suas famílias. Obviamente, que o empobrecimento não é a única explicação para a evasão, afinal temos outros fatores culturais, sociais e econômicos que explicam esse abandono dos estudantes das escolas. Contudo, temos um cenário de aumento da evasão escolar é visto no nosso horizonte, algo comprovado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada quando escrevo este texto (IBGE, 2023).

Diante de um panorama tão complexo e desafiador, precisamos considerar múltiplos elementos para pensar os nossos problemas para a formação inicial e continuada de professores e para as pesquisas em ensino de ciências que pretendemos desenvolver nos próximos anos. Voltando ao artigo supramencionado, temos um trabalho que procura nos apresentar, ou ainda registrar como um documento também de natureza história, este período trágico. É uma pesquisa contextualizada nas realidades que vivenciamos como educadores em ciências da natureza, e considerando o nosso olhar como àqueles que se dedicam a trabalhar com conhecimentos relacionados à saúde.

É uma pesquisa também orientada a sujeitos diferenciados, os/as/es estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificados/as/es por suas particularidades, como sujeitos mais vulneráveis, e que possivelmente foram mais afetados/as/es pela pandemia. Os autores Christiane Sheyla Magalhães de Mattos e Diego da Silva Varga (2023) se voltam para esse campo educacional e para esses sujeitos interessados em

investigar esse processo de recuperação de direitos. Assumem o compromisso político que os/as/es educadores da EJA têm atualizado para garantir o acesso e a permanência destes estudantes nas escolas e nas salas de aula.

Enquanto pesquisadora e pesquisador que se dedicam a questões de letramento científico e ensino das ciências naturais no século XXI e considerando a pandemia, eles se movem pelas seguintes questões: “Como trabalhar as medidas de prevenção contra a COVID-19 em turmas da EJA de forma problematizadora? Qual a importância da educação linguística nesse processo? Que letramentos estão em jogo?” Ela e ele destacam a importância de se perceber as aulas de ciências da EJA como um espaço de diálogo entre os/as/es estudantes que pensar em intervenções nas suas comunidades. Estudantes, — trabalhadores/as, mulheres, idosos/as/es, pretos/as/es —, que podem ser valer dos seus conhecimentos e dos conhecimentos científicos escolarizados para uma transformação contínua.

Entendo que no artigo temos elementos para se pensar o desenvolvimento de um processo educacional mediado por diferentes linguagens e textos e que envolve diversas práticas de letramento. E percebo também que é uma pesquisa que identifica a cidadania, não como uma essência, mas como uma performance política no mundo a partir dos problemas dos sujeitos aprendentes, situações que os/as/es incomoda e os/as/es mobiliza.

Enfim, eu não aprendi nada com a pandemia, ela não veio me mostrar nada. Ela não nos tornou mais humanos e ou mais empáticos. Ela também não é explicação definitiva para todas os nossos problemas educacionais e ou aqueles associados a educação científica. Entretanto, a pandemia de COVID-19 é um momento de nossas vidas pessoais e profissionais que exige considerar que as suas consequências são feridas ou máculas na vida de muitos de nossos estudantes e para nossas relações com os outros e com o mundo.

Afinal, como canta Lulu Santos (1983) “Tudo que se vê não é/ Igual ao que a gente viu há um segundo/ Tudo muda o tempo todo no mundo”.

Referências

- Antunes, A., Brito, S., & Reis, N. (1986). Bichos Escrotos [Música]. In *Cabeça Dinossauro*. WEA.
- Artaxo, P. (2020). As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estudos Avançados*, 34(100), 53–66. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>
- Barbosa, A. T., Ferreira, G. L., & Kato, D. S. (2020). O ensino remoto emergencial de Ciências e Biologia em tempos de pandemia: com a palavra as professoras da Regional 4 da Sbenbio (MG/GO/TO/DF). *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, 13(2), 379–399. <https://doi.org/10.46667/renbio.v13i2.396>

- Catarino, G. F. D. C., & Reis, J. C. D. O. (2021). A pesquisa em ensino de ciências e a educação científica em tempos de pandemia: reflexões sobre natureza da ciência e interdisciplinaridade. *Ciência & Educação (Bauru)*, 27, e21033, 1–6. <https://doi.org/10.1590/1516-731320210033>
- Couto, E. S., Couto, E. S., & Cruz, I. D. M. P. (2020). #fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. *Interfaces Científicas-Educação*, 8(3), 200–217. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>
- Dias, É., & Pinto, F. C. F. (2020). A Educação e a COVID-19. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 28(108), 545–554. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>
- Di Giulio, G. M., Mendes, I. M., Campos, F. D. R., & Nunes, J. (2023). Risk governance in the response to global health emergencies: understanding the governance of chaos in Brazil's handling of the COVID-19 pandemic. *Health Policy and Planning*, 38(5), 593–608. <https://doi.org/10.1093/heapol/czad016>
- IBGE. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua*. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Freitas, A. R. R., Napimoga, M., & Donalisio, M. R. (2020). Análise da gravidade da pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e serviços de saúde*, 29(2), e2020119, 1–5. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200008>
- Lavor, A. D. (2022, 23 de dezembro). Amazônia sem respirar: falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus. *RADIS de Comunicação e Saúde*. <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/amazonia-sem-respirar>
- Marcon, K. (2020). Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem?. *Criar Educação*, 9(2), 80–103. <https://doi.org/10.18616/ce.v9i2.6047>
- Mattos, C. S. M. de, & Vargas, D. da S. (2023). Letramento Científico na Educação de Jovens e Adultos: Reflexões e Práticas a Partir da Pandemia de Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 23(u), e39950, 1–28. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2023u213240>
- Morais, I. M. de A., Carvalho, V. C. C. de V. L., Borges, M. V. R., Santos, R. A., Oliveira, V. M., Costa, L. H., Moraes, V. E. de A., Oliveira, G. A. L. de, & Menezes, C. de S. M. (2022). COVID-19 na infância: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 11(12), e50111234228–e50111234228. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34228>
- Moura Sousa, C. R. (2021). A pandemia da COVID-19 e a necropolítica à brasileira. *Revista de Direito*, 13(1), 1–27. <https://doi.org/10.32361/2021130111391>
- Santos, L. (1983). Como uma onda (Zen-surfismo) [Música]. In *O ritmo do momento*. Warner Music Brasil.



Fábio Augusto Rodrigues e Silva

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
fabogusto@gmail.com

Editora Responsável

Aline Andréia Nicolli

Periódico financiado pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências — ABRAPEC



Manifestação de Atenção às Boas Práticas Científicas e Isenção de Interesse e de Responsabilidade

Os autores declaram ser responsáveis pelo zelo aos procedimentos éticos previstos em lei, não haver qualquer interesse concorrente ou pessoais que possam influenciar o trabalho relatado no texto e assumem a responsabilidade pelo conteúdo e originalidade integral ou parcial.

Copyright (c) 2024 Fábio Augusto Rodrigues e Silva



Este texto é licenciado pela ***Creative Commons BY 4.0 License***

Você tem o direito de Compartilhar (copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato) e Adaptar (remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade mesmo comercialmente) sob os seguintes termos de licença:

Atribuição: você deve dar os devidos créditos, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Pode fazê-lo de qualquer maneira desde que fique claro que o licenciante não endossa você ou seu uso.

ShareAlike: se você remixar, transformar ou construir sobre o material, deve distribuir suas contribuições sob a mesma licença do original.
